

Anos 60: um período de viragem no jornalismo português

Fernando Correia¹ e Carla Baptista²

¹Universidade Lusófona ²Universidade Nova de Lisboa

Os anos 60 do século passado, aparentemente, não trazem nada de novo ao jornalismo português. Aprofundando o olhar, porém, é possível detectar sinais de mudança que vão alterando as formas de o praticar e de o conceber, contribuindo decisivamente para a conquista de uma identidade e a evolução da cultura, da prática e do estatuto profissionais dos jornalistas. É possível detectar um *antes* e um *depois* de um período que, em rigor, se inicia na segunda metade da década de 50 e se prolonga até 25 de Abril de 1974.

À superfície, os anos 60 não trazem ao jornalismo português nada de especialmente novo. No entanto, se olharmos mais fundo, é possível detectar sinais de mudança que vão contribuir decisivamente para a conquista de uma identidade e a evolução da cultura, da prática e do estatuto profissionais e mesmo para o alargamento do campo de influência social do jornalismo. Tudo isto, recorde-se, no contexto de um país que vivia num regime de cariz fascista, com as suas especificidades próprias, incluindo na forma como encarava o papel dos media e da informação.

A primeira análise discursiva a que sujeitámos as 22 entrevistas realizadas a antigos profissionais no âmbito do projecto Memórias Vivas do Jornalismo, promovido no âmbito do CIMJ com o apoio da FCT, num registo investigativo muito próximo da história oral, permite vincar o *antes* e o *depois* de um período que, verdadeiramente, e conforme adiante se verá, se inicia na segunda metade da década de 50 e se prolonga, com algumas alterações trazidas pelo marcelismo, até ao 25 de Abril de 1974. Não existem fronteiras rígidas, e muitos traços do passado permanecem nos períodos seguintes (alguns, mesmo até hoje!) mas vamos tentar sistematizar, de forma sumária, alguns deles.

Que se passa até meados dos anos 50?

As formas de acesso à profissão eram fechadas e quase sempre sujeitas à existência de contactos, directos ou indirectos, entre os candidatos a jornalistas e pessoas que já trabalham nos jornais. São frequentes os pedidos a favor de alguém, e a interferência de amigos ou familiares pesa significativamente na opção de recrutamento.

Uma forma de acesso são as colaborações esporádicas, que podem eventualmente conduzir a uma *chance* de emprego, nomeadamente nas secções de deporto e na imprensa regional, nos suplementos culturais e juvenis.

A renovação dos quadros faz-se lentamente, o tempo de permanência no mesmo jornal é muito longo e escassa a rotação de pessoas entre diferentes jornais. “Quando se entrava num jornal era para toda a vida!”, disse-nos um dos entrevistados.

Por outro lado, não há obstáculos patronais às acumulações de emprego, que são comuns, facto este que estimula a permanência nos jornais, apesar dos curtos salários. Muitos profissionais trabalham simultaneamente num matutino e num vespertino. Horários de trabalho relativamente curtos tornavam esta opção possível, permitindo assim aumentar o rendimento mensal. As acumulações eram também frequentes com outro tipo de empregos que nada tinham a ver com o jornalismo, quer no funcionalismo público quer em empresas diversas.

As relações de trabalho entre os mais velhos e os mais novos, nomeadamente no que respeita ao treino e integração dos estagiários nas “regras da casa” e na cultura da redacção, na resolução dos problemas práticos, na elaboração dos textos, era feita espontaneamente e sem procedimentos fixos, sujeita a um código de conduta mais adequado à gestão de relações paternas e filiais do que profissionais.

As estratégias de cooperação entre jornalistas pertencentes aos diferentes jornais eram, geralmente, mais poderosas do que as de competição. O reduzido número de profissionais e a concentração geográfica da maioria dos principais diários (em Lisboa, com excepção do *Diário de Notícias*, todos estavam situados no Bairro Alto), com a consequente partilha de espaços de lazer e convívio (restaurantes, cafés, livrarias), transportam para as relações profissionais um clima “familiar” que estrutura e molda as relações de trabalho em torno de afectos e cumplicidades.

A pesada interferência da Censura na actividade jornalística e a imposição de uma agenda de acontecimentos com limites bem definidos, homogeneizava as escolhas dos temas, definia externamente os interditos e desencorajava o encetar de estratégias de busca de diferença ou procura da originalidade. O jornalismo praticava-se assim, em grande parte, num quadro de funcionalismo público, que dispensava grandes correrias pela *cacha* e propiciava ambientes de redacção tranquilos, onde o maior elemento de desassossego era o cumprimento da hora de fecho, condicionada pelos horários dos combóios.

Na empresa jornalística predominavam rotinas produtivas marcadas pela existência de profissões muito segmentadas que partilhavam o mesmo edifício com os jornalistas, nomeadamente os revisores, os linotipistas e os tipógrafos. Esta coexistência laboral tinha, e continuou durante muito tempo a ter, efeitos relevantes na cultura e na identidade profissional dos jornalistas e emprestou-lhes, simultaneamente por osmose e por contraposição, nomeadamente através da proximidade com os tipógrafos – apesar de não ter sido esse o único factor a contribuir para isso – um “espírito de classe” que ainda hoje se mantém, se bem que muitas vezes transformado em “espírito corporativista”.

A rotina era em grande parte pontuada pelo ritual do envio diário das provas para a Censura, a espera pela sua devolução, a eventual “negociação” entre o chefe de redacção e os censores, a integração dos cortes, se tivessem sido feitos, a substituição à última hora por outras peças quando a matéria tinha sido demasiado adulterada. Este desarranjo permanente dos jornais explica também a sua relativa anarquia gráfica, com contornos mal definidos ou mesmo inexistentes entre secções.

Os jornalistas mantinham com as suas fontes de informação habituais – hospitais, bombeiros, aeroporto, PSP, GNR, alguns ministérios – um padrão de relações baseado na estabilidade e partilha generalizada de informação. Quer dizer, os informadores aí presentes facultavam a todos os jornais o mesmo material, a troco de remunerações mais ou menos simbólicas ou, às vezes, da simples troca de presentes e pequenos favores. A profissionalização ou organização das fontes de informação não existia.

Deontologia profissional era uma expressão que estava muito longe de se ter vulgarizado no vocabulário das salas de redacção. Vigorava, isso sim, um código de conduta extremamente masculinizado (a presença das mulheres era escassíssima), assente em noções de honra, coragem e integridade moral. Havia normas éticas que se

valorizavam e procuravam seguir, mas que tinham mais a ver com a comum convivência social do que com a especificidade da profissão.

Entretanto, era comum a situação de jornalistas que aceitavam colaborações e avenças em publicações oficiais (revistas dos ministérios, do Exército, das juntas de freguesia, etc.) cujo propósito era, muitas vezes, compromete-los com o regime. Outras práticas eram igualmente vistas sem drama, como por exemplo o hábito dos bancos distribuírem um envelope com uma remuneração elevada para a época (cerca de 500\$00) a todos os jornalistas presentes nas suas assembleias gerais para depois escreverem um texto, meio notícia meio relatório, que saía no jornal; ou ainda, em lugares da província, era frequente o jornalista dirigir-se ao café ou taberna da terra e oferecer algum dinheiro (20\$00, 50\$00) em troca de informações.

Quanto, finalmente, ao estatuto social dos jornalistas, embora exercendo uma profissão que não podia ser considerada mal remunerada para os padrões salariais da época, tendo em conta as respectivas habilitações, e que gozava entre as camadas médias da população de um relativo prestígio, a maioria dos nossos entrevistados recusou completamente a ideia de pertença a uma elite. A distância em relação ao poder era grande, o contacto com as camadas dirigentes, públicas ou privadas, quando existia, era marcado por um ostensivo paternalismo, patente na expressão “os rapazes dos jornais”, ao mesmo tempo que a quotidiana sujeição à Censura era frustrante e causadora de uma sensação de espertilho, impotência e subalternidade.

2

Toda esta situação, ainda que aqui sintetizada em breves tópicos, só pode ser compreendida no contexto histórico em que se insere, no quadro do regime então vigente, nas suas dimensões políticas, económicas, sociais e culturais. A História do Jornalismo só o é verdadeiramente se for entendida e trabalhada enquanto História Social do Jornalismo. E é também nesta perspectiva que deveremos encarar o que se passou a seguir.

A partir de meados dos anos 50 desencadeia-se em Portugal uma série de acontecimentos e assiste-se a uma evolução, em todas as dimensões referidas, cujos reflexos não poderiam deixar de se fazer sentir no campo dos media.

Aqui não podemos ir além da sua muito sumária e incompleta enumeração: recrudescimento da luta da Oposição Democrática, na sequência da acção, nomeadamente, do MUD Juvenil, e cujo ponto alto são as eleições presidenciais de 1958 e a mobilização popular em torno da candidatura do General Humberto Delgado; início e agravamento da guerra colonial, com todas as suas consequências a nível nacional e internacional; aumento exponencial da emigração e suas repercussões sociais, económicas e nas próprias mentalidades; crises estudantis de 1961/2 e 1969 e sua confluência com as movimentações de trabalhadores; contradições e lutas internas no interior do próprio regime, visíveis antes e depois da subida ao poder de Marcelo Caetano e expressas na formação quer do chamado grupo dos “ultras” quer da chamada “ala liberal” na Assembleia Nacional; progressiva melhoria, em termos relativos, dos níveis de escolaridade e dos índices de leitura, o que faz aumentar o interesse pela imprensa e pelo acompanhamento da actualidade.

Adivinha-se nesta situação assim magramente resumida um caldo de cultura propício a alterações profundas na vida nacional. Mas o que aqui nos interessa sublinhar são as suas repercussões no campo dos media e mais particularmente no campo jornalístico.

Desde logo, como veremos, no plano objectivo, mas também – e este aspecto parece-nos de grande significado – no plano subjectivo: ainda que impedidos pela Censura de os tornar públicos, pelo menos em toda a sua integralidade e implicações, estes acontecimentos eram, com maior ou menor profundidade, conhecidos e discutidos nas salas de redacção, assim como o eram as notícias do estrangeiro veiculadas pelas agências e às quais a população não tinha completo acesso (o isolamento internacional de Portugal, a luta contra a guerra no Vietname, as revoltas estudantis, desde Berkeley, nos EUA, ao Maio de 1968 em França, etc.).

Simultaneamente com os acontecimentos acima sumariados ocorrem significativas transformações no próprio campo dos media: criação do vespertino *Diário Ilustrado*, em 1956, início das emissões da RTP, em 1957, aparecimento de novos empresários abertos à modernização (Ruella Ramos no *Diário de Lisboa*, Francisco Pinto Balsemão

no *Diário Popular*), no início da década de 60, refundação de *A Capital*, em 1968, e criação do *Expresso*, em 1973.

Realce ainda para dois pontos. O primeiro tem a ver com a evolução tecnológica, em termos que hoje nos fazem sorrir mas que na altura tiveram grande influência nas formas de praticar e conceber o jornalismo: generalizam-se nas redacções o gravador portátil, a máquina de escrever e o telex, que ainda na década de 50 ou não existiam ou tinham uso limitado; os principais diários passam a dispor de frotas de automóveis utilizados na distribuição dos jornais mas também no apoio às deslocações dos jornalistas em serviço de reportagem; mais tarde, introduz-se a pouco e pouco a composição a frio e o *offset*.

O segundo ponto relaciona-se com a progressiva alteração na composição social das redacções, onde passam a figurar mais jovens com licenciatura ou frequência universitária e aumenta, ainda que de forma lenta e limitada, o número de mulheres.

3

A conjugação destes e outros factores vai permitir um certo arejamento do jornalismo português, quer a nível objectivo quer subjectivo. Por um lado, ganham força alguns projectos empresariais que investem em termos financeiros e humanos; por outro, e em resultado dessa vontade de dinamização e renovação, começa progressivamente a ganhar protagonismo uma nova geração de jornalistas, possuindo mais elevada formação escolar, partilhando cumplicidades políticas e literárias cultivadas em muitos casos nas lutas estudantis e nos meios de oposição ao regime, e que vai tentar praticar um jornalismo, em termos formais e de conteúdo, menos burocrático, mais criativo, mais experimental e arrojado nos géneros jornalísticos, na linguagem, nas temáticas e nos ângulos de abordagem. Era o fim, ou parecia ser o fim, da então chamada geração do “realizou-se ontem...”

Esta nova geração vai ocupar um espaço vazio que existia nos jornais e que resultava da própria organização hierárquica que vinha do período anterior, muito centrada na figura do chefe de redacção, coadjuvado ou não pelos subchefes de

redacção, responsáveis pela distribuição dos serviços, a organização do quotidiano, o cumprimento dos prazos de produção e aprovação ou rejeição das propostas de trabalho. Isto, no quadro de uma situação em que não existiam secções (ou editorias) específicas, com excepção do “desporto” e do “internacional”, e em que os directores dos jornais eram, por vezes, figuras simbólicas, sem capacidade ou desejo de exercerem autoridade e tomarem decisões.

Normalmente assoberbados com a burocracia, os contactos com a censura, a paginação e outras exigências práticas do dia-a-dia, o chefe e os subchefes de redacção, por exemplo no *Diário Popular* e no *Diário de Lisboa*, concedem aos jornalistas, ou a alguns deles, uma relativa autonomia no que respeita à gestão do seu trabalho e à organização do seu tempo. Parte dos nossos entrevistados refere que gozava de bastante liberdade para propor a abordagem de novos temas e que essas propostas eram muitas vezes aceites, com a disponibilização de condições (tempo, dinheiro) para as concretizarem.

Começa a verificar-se um maior investimento em reportagens nas áreas da “sociedade” (temas sociais, exploração do país real, casos do dia) e da “cultura”. Em termos da escrita, é principalmente nestes espaços que os jornalistas podem exercer (embora parcialmente, por causa da Censura) o seu talento e criatividade.

Talento e criatividade estas que adquirem igualmente maiores possibilidades de afirmação por parte dos redactores-paginadores. Com efeito, em termos gráficos, o progressivo aumento das audiências da televisão, por um lado, e a modernização tecnológica, por outro, impõem e permitem, nomeadamente ao nível das primeiras páginas e dos suplementos, uma nova linguagem e novos recursos para a atracção dos leitores, em que a fotografia ocupa um lugar cada vez mais importante, deixando de ser um mero complemento do texto e passando a ter um valor próprio.

No funcionamento da sala de redacção assiste-se a uma divisão que, com naturalidade, se vai estabelecendo: os mais velhos continuam a ocupar-se da “cozinha diária dos jornais”, baseada no noticiário de “política”, reduzido quase sempre às peças laudatórias, normalmente dando conta de inaugurações ou da presença de personalidades em eventos ritualizados; no “internacional”, que vive muito do “corta e cola” dos telex que chegavam das agências noticiosas; nas pequenas ocorrências e

fait-divers, nas notícias breves chamadas de “expediente”, incluídas no rotineiro trabalho de agenda.

Enquanto isso, os mais novos ganham o espaço da rua e da reportagem – um género com fortes tradições durante a I República e que ainda se mantinham na altura da Guerra Civil de Espanha, mas que depois, com algumas excepções, tinha decaído, em parte devido à acção da Censura. Procuram fazer entrevistas a figuras populares, aproximam-se, de algum modo, do modelo do “novo jornalismo” norte-americano, buscam um estilo próprio muito inspirado em referências literárias.

A extrema abertura da profissão, sem definição de competências específicas, sem exigência de formação adequada, deixa o seu exercício muito dependente das capacidades de cada indivíduo, da sua formação ou do seu autodidactismo. O talento literário era geralmente apreciado e estimulado e um jornalista que escrevesse bem, regra geral, progredia rapidamente e beneficiava de maior liberdade para escolher os seus temas de reportagem, realizar a investigação e escrever de acordo com o estilo próprio, sem sujeição a regras de estilo, limites espaciais e outros constrangimentos de forma ou conteúdo. Com óbvia excepção desse grande impedimento, sempre citado e sempre apontado como obstáculo principal, representado pela intervenção da Censura.

Finalmente, uma referência a um aspecto que não tem directamente a ver com o *fazer* jornalístico, mas é relevante para a forma de o *pensar*.

A evolução política do país, no plano mais geral, e a sua transposição para o interior do grupo profissional, estimulada com a entrada da nova geração treinada nas lutas estudantis, conduzem a uma movimentação reivindicativa, com motivações marcadamente políticas, onde predominavam elementos de esquerda – comunistas, socialistas, católicos progressistas, independentes – que culmina, em 1970, e à semelhança do que estava a acontecer em muitos outros sindicatos, com a eleição para os corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Jornalistas de uma lista claramente identificada com os movimentos de oposição ao regime. A sua luta centra-se em dois aspectos: a necessidade de formação profissional, com a apresentação do projecto de um curso de jornalismo a nível universitário, e a melhoria das condições de trabalho, no plano da contratação colectiva, dos horários, das tabelas salariais, etc. Entre outros aspectos, isto contribui para a redução das situações de duplo emprego e,

principalmente, para a auto-dignificação da profissão e a alteração das suas formas de representação materiais e simbólicas.

4

Permita-se-nos agora uma breve incursão na História da Imprensa – que, facto muitas vezes esquecido, não é o mesmo que a História do Jornalismo, se bem que uma sem a outra não adquiram todo o seu sentido e dimensão.

Existiam diferenças significativas entre os diversos diários, não só ao nível do seu posicionamento político-ideológico mas também nas formas de gestão, planeamento, ângulos de abordagem da realidade e, muito importante, na solidez financeira. O *Diário de Notícias* e o *Diário Popular*, por exemplo, eram, cada um no seu estilo, jornais lucrativos, com uma base publicitária muito forte, tiragens que facilmente ultrapassavam os cem mil exemplares e uma fortíssima implantação junto dos leitores.

Outros jornais, como o *Diário de Lisboa* ou a *República* ocupavam um espaço minoritário, apelando a um público de leitores específico, que podia entender códigos de comunicação mais finos, tantas vezes ensaiados nas páginas para fugir à Censura. Esta diferença da base de sustentação material determinava enquadramentos de actuação jornalística sensivelmente diferentes.

Vários dos nossos entrevistados, antigos jornalistas do *Diário Popular*, recordam a prodigalidade do jornal, a relativa despreocupação das administrações e chefias em relação às despesas relacionadas com estadias prolongadas no exterior para fins de reportagem, salários relativamente generosos e, sobretudo, a possibilidade de dispor de tempo e recursos para encetar trabalhos de maior fôlego.

Já para aqueles que trabalhavam no *Século*, as saídas da redacção para fins de reportagem eram menos frequentes e mais curtas e as despesas muito contidas. Quanto ao *Diário de Lisboa* e principalmente ao *República*, a limitação de meios, as tiragens reduzidas, o cerco da Censura, as multas, sanções e boicotes frequentes

transformavam a sua feitura num trabalho verdadeiramente épico, sujeito a imensas dificuldades.

Deve-se salientar o papel inovador desempenhado pelo *Diário Popular*, um vespertino cujo dinamismo, nomeadamente na sua preocupação de ligação aos leitores, já vinha do período anterior, mas que agora se desenvolve e diversifica, desde logo com a introdução de um estilo novo de chefia, a que está associada, desde os inícios dos anos 60, a entrada em funções como administrador delegado para a redacção de Francisco Pinto Balsemão, filho e sobrinho dos dois proprietários do jornal.

Passam a existir reuniões matinais para planeamento da edição, estimula-se uma ética da participação e da discussão colectiva, encorajam-se ideias novas e patrocina-se o género da reportagem, passando aos jornalistas a ideia de que devem escrever sem fazerem auto-censura. Esta nova atitude de liberalidade, conjugada com a entrada na redacção de um conjunto de pessoas jovens, com formação escolar superior à média existente, gosto e interesses literários, e um estilo tablóide e popular, com soluções gráficas e fotográficas extremamente apelativas, fazem do *Diário Popular* o jornal mais dinâmico e inovador deste período, coincidente com os últimos anos do salazarismo e que se prolongaria depois de 1968, já com o marcelismo.

Alterações semelhantes, ao nível da composição da redacção, também se verificaram noutros diários, principalmente no *Diário de Lisboa* e, mais tarde, na *Capital* e no *República*, mas a saúde financeira do *Diário Popular* marcou a diferença.

5

Apenas mais uma breve consideração.

A existência da Censura durante o Estado Novo, no quadro geral de repressão das liberdades que caracterizou este negro quase meio século da nossa História, teve um efeito determinante no exercício do jornalismo e, naturalmente, na sua função social. Mas a força desta realidade, cuja relevância não está em causa, tem tido, em

nossa opinião, um efeito perverso na visão e na avaliação deste período, na medida em que tem relegado para o plano da quase inexistência a investigação sobre tudo o que se passava para além, apesar e mesmo em consequência e como reacção à Censura.

E a verdade é que a evolução do jornalismo não parou, no contexto da história da imprensa e dos media em geral. Durante estas décadas sombrias, o jornalismo e os jornalistas iam-se transformando, de uma forma mais ou menos rápida, mais ou menos profunda, e a cultura profissional e a constituição da profissão iam avançando e ganhando novos contornos, cujos reflexos viriam a perdurar no tempo, num processo cujos caminhos e veredas, na sua maior parte, ainda estão por descobrir. Contribuir para esta descoberta é o objectivo que nos move e motiva.

Bibliografia

- AA.VV., *Grandes Repórteres Portugueses da I República*, Lisboa, Foto-Jornal, 1986
- A Lei de Imprensa e os Jornalistas*, Mafra, Editorial Estampa, s/d (1971? 1972)
- A Política de Informação no Regime Fascista*, 2 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980
- Agee, Warren K., e Traquina, Nelson, *O Quarto Poder Frustrado*, Lisboa, Veja, s/d (1984)
- Baptista, Jacinto, “*Peregrinação a lugares remotos da memória (própria e alheia), acompanhada de um relance sobre a actualidade jornalística*”, Prefácio a Quem é Quem no Jornalismo Português, Lisboa, Clube de Jornalistas, 1992, pp. 11-38.
- Brito, José Maria Brandão, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*, Lisboa, D.Quixote, 1989
- Cádima, Francisco Rui, Salazar, *Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996
- Carvalho, Alberto Arons, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973
- Correia, Fernando, “*Contributo para o estudo do ensino do jornalismo em Portugal*”, O Professor, n.º 44, III série, Maio-Junho 1995, pp. 53-61.
- Delporte, Christian, *Les Journalistes en France 1880-1950. Naissance et Construction d’une profession*, Paris, Seuil, 1999
- Ferreira, Rafael, *Nos Bastidores do Jornalismo*, Lisboa, Edições Romano Torres, 1945
- Forte, Isabel, *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000
- Lopes, Norberto, *Visado pela Censura*, Lisboa, Aster, 1975
- Martins, Maria Belmira, *Sociedades e Grupos em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973
- Maxwell, Keneth (ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Londres, Greenwood Press, 1983

Morais, João e Violante, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais*. Portugal 1926-1985, Lisboa, Livros Horizonte, 1986

Neves, Mário, *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*, Lisboa, Caminho, 1990

Ó, José Ramos do, *Os Anos de Ferro. O dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito”*. 1933-1949, Lisboa, Editorial Estampa, 1999

Oliveira, Maurício, *Diário de um Jornalista*, 1926-1930, 1973

Ortega, Félix, e Humanes, M^a Luisa, *Algo más que periodistas*, Barcelona, Ariel, 2000

Pinto, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, D.Quixote, 2004

Rebelo, José, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998

Rodríguez, Alberto Pena, “A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Media & Jornalismo*, nº 3, CIMJ, MinervaCoimbra, 2003

Rosas, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, sétimo volume, Círculo de Leitores, 1994

Rosas, Fernando e Brito, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo* (2 vols), Círculo de Leitores, 1986

Santos, Rogério, “Rádio Clube Português – Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936)”, *Media & Jornalismo*, nº 3, CIMJ, MinervaCoimbra, 2003

Serpa, Homero, *Cândido de Oliveira. Uma Biografia*, Lisboa, Caminho, 2000

Silva, Astregildo, Ribeiro dos Reis (Biografia). *Uma Vida que Brilhou em Tempos Sombrios*, Lisboa, Caminho, 2004

Sobreira, Rosa Maria, “O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974)”, *Media & Jornalismo*, nº 3, CIMJ, MinervaCoimbra, 2003

Sobreira, Rosa Maria, *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma Profissão em Construção*, Lisboa, Livros Horizonte/CIMJ, 2003

Tengarrinha, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989

Valente, José Carlos, *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses*, I Parte (1834-1934), Lisboa, Sindicato dos Jornalistas, 1998

Vargues, Isabel Nobre, “A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, 2003

Veríssimo, Helena Ângelo, *Os Jornalistas nos Anos 30/40. Elite do Estado Novo*, Coimbra, MinervaCoimmbra, 2003

Livros de ficção

Baptista-Bastos, *O Secreto Adeus*, Lisboa, Futura, 1973

Baptista-Bastos, *Capitão de Médio Curso*, Lisboa, Caminho, 1977

Artur Portela (Filho), *O Código de Hamurabi*

Rodrigues, Urbano Tavares, *Os Insubmissos*